

# O paradoxo da evasão escolar sob a ótica das percepções e motivações dos sem escola<sup>1</sup>

**Marcelo Neri**

*Centro de Políticas Sociais /IBRE, REDE e EPGE*

*Fundação Getúlio Vargas*

Em Breve (2009) em livro a ser publicado na Editora Campus, organizado por: Fábio Giambiagi ([fgiambia@bndes.gov.br](mailto:fgiambia@bndes.gov.br)), Ricardo Henriques ([rhenriq@ipea.gov.br](mailto:rhenriq@ipea.gov.br)), Samuel Pessoa ([samuel.pessoa@fgv.br](mailto:samuel.pessoa@fgv.br)) e Fernando Velloso ([fveloso@ibmecrj.br](mailto:fveloso@ibmecrj.br))

Vide pesquisa de divulgação em [WWW.fgv.br/cps/tpemotivos](http://WWW.fgv.br/cps/tpemotivos)

---

<sup>1</sup> Este trabalho faz parte do projeto “Tempo de Permanência na Escola: Fatores de Atração e de Repulsão no Ensino Médio”, feito em parceria com o movimento Todos Pela Educação, a Fundação Educar e o Instituto Unibanco. Agradecemos também o apoio financeiro dado pelo INEP do Ministério da Educação através da Rede – Rede de Estudos de Desenvolvimento Educacional - da Fundação Getúlio Vargas. Agradeço o eficiente apoio de pesquisa da equipe do Centro de Políticas Sociais, em particular a Luisa Carvalhaes, Samanta Reis e Ana Beatriz Urbano Andari, assim como os comentários e sugestões de Wanda Engle, Fátima Falcão, Reynaldo Fernandes, Mozart Neves, Luis Paschoal, Alice Ribeiro e dos participantes de reuniões da REDE da FGV e do grupo técnico do Todos pela Educação.



# **O paradoxo da evasão escolar sob a ótica das percepções e motivações dos sem escola**

“Sei que quase nada sei,  
Mas desconfio de muita  
coisa.”

Grande Sertão: Veredas  
**Guimarães Rosa**

O “PAC Educacional”, lançado pelo governo federal, e uma série de iniciativas da sociedade civil, em particular o movimento Todos Pela Educação, colocam o ensino básico no centro do debate social brasileiro. O objetivo deste livro é subsidiar o debate em curso mostrando os impactos de diferentes níveis de escolaridade — e políticas associadas - sobre o bem-estar da população brasileira. O presente capítulo busca enxergar os dilemas da educação desde a perspectiva dos principais protagonistas da ação, quais sejam: estudantes e pais. Mesmo se vencermos todas as batalhas para adotar as melhores práticas educacionais, perderemos a guerra caso as mesmas não contem com a consciência, concordância e ação destes atores. O desafio aqui é não só enxergar com os olhos dos estudantes e de seus pais através de bases de dados que examinam as suas motivações para deixar a escola, mas também fazê-los enxergar, através de indicadores de fácil interpretação, a perda incorrida ao abandonar a opção por mais educação. Apenas o conhecimento dos benefícios associados à decisão de um maior tempo de permanência na escola permitirá que a educação atrativa e de qualidade se coloque no topo das prioridades deles, da sociedade civil e dos gestores federais, estaduais, municipais e escolares.

O esquema conceitual básico utilizado no capítulo é o modelo clássico de acumulação de capital humano através da escolha de alocação do tempo entre trabalho e estudo, presente nos seminiais artigos de Gary Becker e Ben- Porath adaptados para responder a seguinte pergunta: O que leva um adolescente a sair da escola? Muitas tentativas foram feitas no sentido de responder a esta questão. Grande parte da evidência empírica mostra que evasão escolar e pobreza são, intimamente, ligadas e que trabalho infantil prejudica a obtenção de melhores níveis educacionais. Pode-se

argumentar que a indisponibilidade de serviços educacionais de qualidade e a falta de percepção de retornos prospectivos auferidos pelo aluno levem ao trabalho precoce e aos baixos níveis educacionais. Outros estudos privilegiam os efeitos de restrições de renda e de crédito como indutoras de desvios da trajetória individual ótima de longo prazo. Uma linha de investigação que não vem sendo explorada devido à falta de dados é composta de perguntas diretas aos jovens que saíram da escola sobre as suas respectivas motivações: seria a necessidade imediata de geração de renda ou seriam baixos retornos prospectivos percebidos por eles ou pelos gestores públicos? Respondemos esta questão a partir das respostas dadas, diretamente, pelos alunos sem escola e seus pais.

Inicialmente, avaliamos a partir de dados objetivos, quanto diferentes níveis educacionais afetam a ocupação e a renda conquistada no mercado de trabalho. Os passos seguintes mostram que, apesar dos altos efeitos da educação na renda, existem outros efeitos a serem considerados pelos estudantes, como os impactos da escolaridade sobre a saúde percebida pelas pessoas. O objetivo destes exercícios é fornecer um arrazoado empírico da existência do paradoxo do alto retorno com baixo investimento educacional, a fim de situar os dilemas de decisões privadas envolvidos. Na verdade, o paradoxo está por trás tanto da alta e persistente desigualdade de renda no Brasil, quanto do baixo crescimento econômico experimentado nas últimas décadas. Mais educação gera ganhos tanto em termos de eficiência econômica como de equidade distributiva. Entretanto, se educação é tão boa em termos privados, por que as pessoas não investem mais nela?

Como dissemos, não basta enxergar de fora as boas propriedades da política educacional, como o potencial de equidade e de retorno privado ou social exercido. É preciso entender como as informações chegam às pessoas e como elas transformam as informações recebidas em decisões. Apresentamos no complemento do trabalho, evidências objetivas de alguns aspectos subjetivos associados à educação. Falamos aqui de perguntas diretas tais como: por que o jovem de determinada idade não frequenta a escola? É por que tem de trabalhar para o sustento da família, por que não tem escola acessível, ou simplesmente por que ele não quer o tipo de escola que aí está? Estas evidências fornecem a oportunidade de explorar aspectos subjetivos envolvidos na decisão do indivíduo a continuar, ou não, a se educar.

O capítulo está organizado da seguinte forma: dando seqüência a introdução, fazemos um breve retrospecto da literatura teórica e de aplicações empíricas ao caso

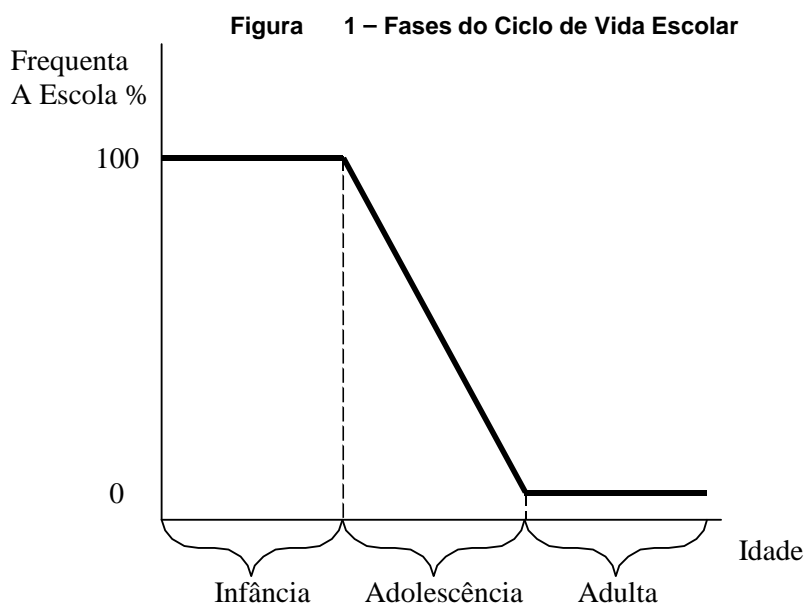
brasileiro sobre as causas e conseqüências da decisão de evasão escolar em diferentes fases da vida. Caracterizamos, empiricamente, na terceira seção a transição da escola ao trabalho durante a juventude. Quantificamos na quarta seção a partir da última edição da PNAD de 2007, recém-disponibilizada pelo IBGE, os prêmios da educação auferidos durante a fase adulta no mercado de trabalho. Ainda na quarta seção, exemplificamos a operação de outros efeitos da educação como aqueles emanados sobre a saúde percebida pelas pessoas que serão notados em particular na velhice. A quinta seção, a mais importante do capítulo, capta a partir dos suplementos educacionais da PNAD de 2004 e 2006 como o alto retorno de ações educacionais é percebido pelo cidadão comum na faixa dos 15 a 17 anos de idade que corresponde ao grosso das pessoas em idade escolar fora da escola. Em particular, propomos classificação das motivações fornecidas por pais e filhos acerca da decisão de abandono escolar, assim como causas e prescrições de política associadas. Na sexta e última seção, sintetizamos os principais resultados do capítulo.

### **Revisão da Literatura**

Uma discussão simplificada do modelo de Ben-Porath<sup>2</sup> sobre produção de capital humano e os rendimentos ao longo do ciclo da vida permite compreender os fundamentos dos principais determinantes e impactos educacionais analisados neste capítulo. Este modelo aplica a teoria do capital a decisões sobre investimentos em educação e aos retornos auferidos em termos da capacidade de geração de renda ao longo do ciclo da vida. A escolha está aqui retratada por simplificação, em três períodos: infância, adolescência e fase adulta, conforme a figura 1.

---

<sup>2</sup> Ben-Porath (1967) ) baseou-se em Friedman e Kuznets (1945), Mincer (1958) e Becker (1964).



O modelo demonstra a trajetória ótima de investimento, suas implicações na alocação de tempo das pessoas e como os rendimentos são afetados pelas diferentes escolhas educacionais assumidas nas fases iniciais do ciclo de vida. De maneira geral, a época na qual o indivíduo investe mais nele próprio é na infância e na juventude, pois pode auferir retornos do investimento por mais tempo. Por esta mesma razão, os salários aumentam com a idade como conseqüência dos investimentos em capital humano feitos no passado, captados pelos anos completos de escolaridade e pela própria experiência trabalhista progressa.

Tomamos aqui a infância como dada, focando a análise nas fases posteriores da adolescência e adulta. Pais e filhos escolhem a freqüência escolar na adolescência que maximize o valor presente da soma dos ganhos futuros de um indivíduo ao longo de sua vida, aí incluindo os benefícios presentes de estudar menos para trabalhar mais, assim como os ganhos de produtividade resultantes, no longo prazo, da decisão de estudar. Na fase adulta, o indivíduo vai trabalhar em horário integral, pois sem ter períodos futuros para obter retornos de investimentos neste período, não tem incentivos para investir mais na formação de capital humano na escola, mas em colher os frutos do investimento progressivo.

A literatura de retornos da educação na fase adulta é bastante extensa no Brasil, tendo como pedra fundamental o seminal trabalho de Carlos Langoni (1973). Iremos reproduzir neste capítulo, estimativas dos prêmios trabalhistas de educação usando a última versão da principal base de microdados disponível para este tipo de estudo: a

PNAD 2007. Olhamos então o impacto da educação. O objetivo é elucidar a existência do paradoxo de baixo investimento da educação no país apesar dos altos prêmios privados esperados, cujo principal corolário coletivo é a alta e persistente desigualdade brasileira de rendimentos.

Aplicando o modelo à decisão de escolaridade na adolescência que estamos investigando com mais profundidade neste capítulo, os pais têm as seguintes escolhas a fazer para cada filho ou filha: mandá-los para a escola, mandá-los tanto para a escola como para o trabalho, ou apenas para o trabalho. Esta escolha depende do custo de oportunidade trabalhista corrente do tempo da criança versus o valor presente dos rendimentos futuros provenientes do aumento da acumulação de capital humano. O indivíduo pode gastar maior ou menor parte da adolescência na escola ou no trabalho. A produtividade da escolaridade vai depender do capital humano acumulado, que depende dos atributos de capital humano dos pais e do desempenho escolar da criança. O impacto do capital humano inicial sobre a escolaridade é ambíguo, na medida em que tanto aumenta o custo de oportunidade da escolarização, como a produtividade marginal incorrida na escolarização.

A decisão dos pais é se enviam ou não os filhos à escola, e caso enviem, qual será a frequência escolar da criança: parcial ou integral. A operação de restrições de liquidez pode gerar desvios em relação à trajetória ótima de longo prazo prevista no modelo. Em particular, choques negativos na renda dos pais aumentam a probabilidade dos filhos de abandonar a escola. Numerosos estudos têm mostrado que, mesmo quando controlamos pelo estoque de riqueza físico ou humano inicial, há uma relação positiva entre a renda familiar corrente e o avanço escolar. As taxas de repetência para os primeiros dois anos de escolaridade são negativamente relacionados ao nível de renda dos pais, usando dados retrospectivos de São Paulo de 1982<sup>3</sup>.

Seguindo nesta linha a literatura investiga os efeitos dos choques transitórios de renda nas famílias. Duryea (1998), Neri et al. (2000) demonstram o efeito negativo do pai que fica desempregado sobre o avanço escolar da criança quando controlamos pela educação e pelos salários iniciais do pai, usando dados longitudinais da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) para as principais metrópoles brasileiras. Esses resultados demonstram que o tempo da criança é utilizado para suavizar choques transitórios de

---

<sup>3</sup> Mello, Souza et alii (1996).

renda não esperados pela família, de forma que são consistentes com os modelos educacionais que incorporam hipóteses de mercados de crédito imperfeitos.

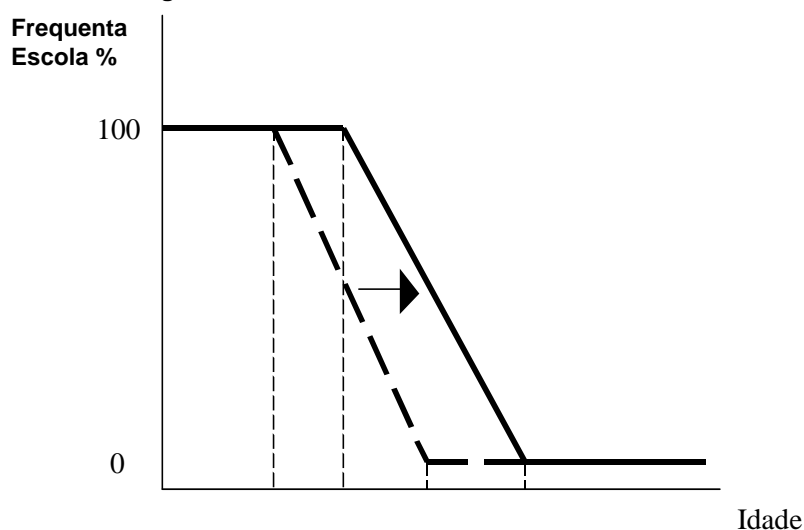
Parker e Skoufias (1998) estudam os efeitos de perdas de emprego e de mudanças de estado civil na alocação do tempo nas famílias mexicanas. Eles descobriram que as crianças são insensíveis aos choques econômicos, que foram medidos através das perdas de emprego, mesmo durante períodos de crise econômica. Eles, no entanto, encontraram alguns efeitos negativos do divórcio que são mais severos durante as crises econômicas.

Jacoby e Skoufias (1997) relacionam a imperfeição dos mercados de crédito com a acumulação de capital humano em um estudo que investiga as respostas do avanço escolar infantil às flutuações das rendas das famílias agrárias nas áreas rurais da Índia. Olhando para as reações das famílias aos choques de renda agregados e idiossincráticos, antecipados e não antecipados, eles também descobrem que o tempo das crianças é usado para suavizar choques ou, então, como forma de auto-seguro. Outro trabalho dos mesmos autores testa teorias de comportamento de consumo olhando para flutuações pluviométricas inesperadas, como aproximações de mudanças idiossincráticas e não antecipadas de renda. Eles notam que as famílias suavizam o efeito de flutuações de renda através do uso predatório do tempo das crianças e adolescentes.

No aspecto normativo, o objetivo desse tipo de estudo é nortear o desenho e a aplicação de políticas públicas, na melhoria da oferta escolar, na qualificação da demanda escolar através da conscientização de pais e alunos sobre os prêmios privados oferecidos pelo investimento em educação. Também se sugerem ações que visam retirar as famílias de baixa renda do equilíbrio de baixa escolaridade para um de alta escolaridade através da oferta de crédito educativo, ou da adoção de programas de transferência de renda com condicionalidades educacionais, entre outros. O objetivo comum destas ações é aumentar o tempo investido na educação nos termos da Figura 1, conforme ilustra a Figura 2.



Figura 2 – Impactos de Políticas na Vida Escolar

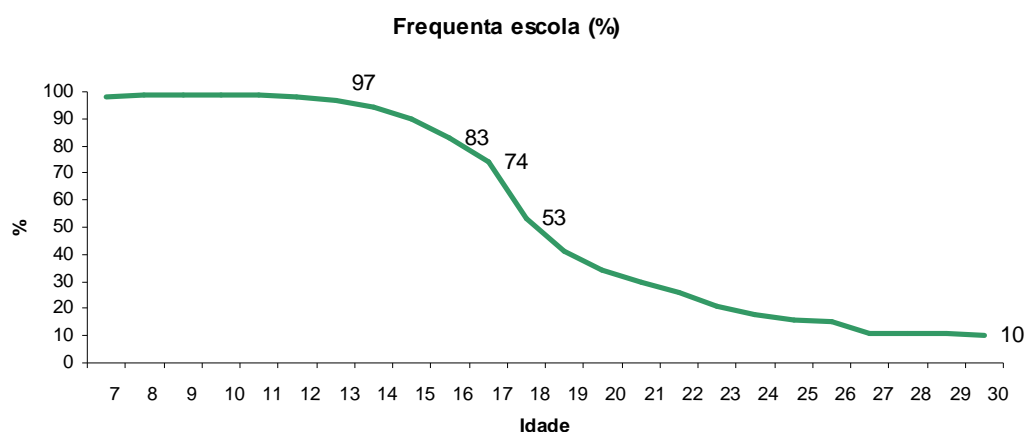


Heuristicamente, tudo se passa como uma tentativa de aumentar o tempo de infância e adolescência, onde há investimento mais ou menos intensivo na formação de capital humano.

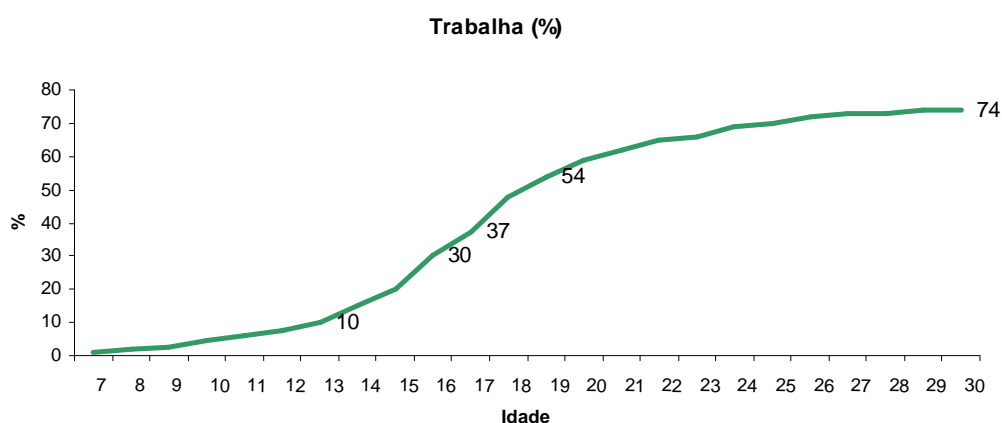
### **Da Escola ao Trabalho**

A juventude é aquela fase intermediária da vida, marcada por tons de cinza, situada na transição da criança para o mundo adulto, idealmente do estudo ao trabalho. Os Gráficos 1 e 2 evidenciam esta transição, captando a fase desde a primeira infância até os 30 anos de idade. Por exemplo, aos 13 anos de idade, que em algumas culturas marcam um ritual de passagem para a adolescência (ex: *teenagers* nos EUA) a proporção que frequenta a escola é de 97% caindo para 74% aos 17 anos, quando sofre uma aceleração caindo para 53% aos 18 anos de idade, e daí cai mais lentamente até atingir 10% aos 30 anos de idade. A proporção de pré-adolescentes que trabalham segue o sentido inverso, indo de 10% aos 13 anos de idade para 37% aos 17 anos, quando sofre uma desaceleração no crescimento, ascendendo para 54% já aos 18 anos de idade e daí cresce, mais lentamente, até atingir 74% aos 30 anos de idade.

### Gráfico 1



### Gráfico 2



Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Neste sentido, na maioridade legal aos 18 anos os jovens são ainda meio estudantes (53% frequentam a escola), meio trabalhadores (54% trabalham). Obviamente, muitos trabalham e estudam, simultaneamente, enquanto outros não trabalham nem estudam. A proporção daqueles que não estudam e não trabalham, que é de apenas 2,4% aos 13 anos, sobe deste ponto em diante, em particular aos 18 anos quando atinge 21% e se estabiliza neste patamar mais alto, atingindo 23% aos 30 anos de idade. Ou seja, do início da adolescência a maioridade legal aumenta a proporção de pessoas que não estudam nem trabalham.

## Prêmios na Fase Adulta

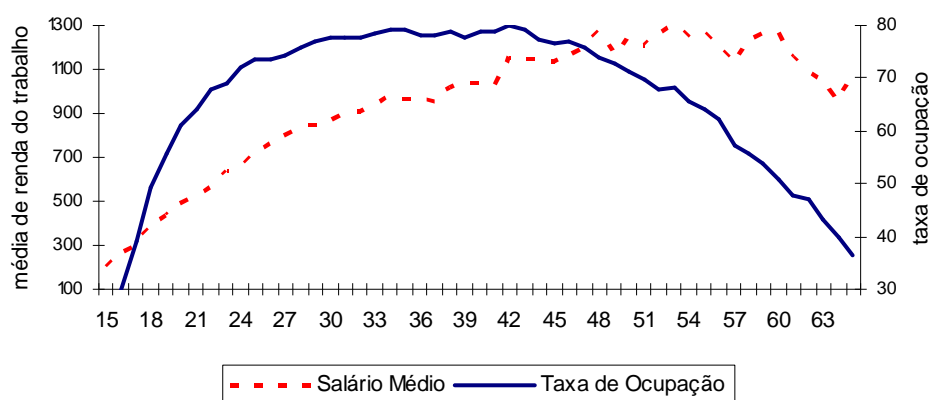
### a) Retornos Trabalhistas da Experiência

A ênfase desta seção está em informar o indivíduo acerca do impacto de sua decisão sobre variáveis econômicas, mais especificamente na renda individual dele (e

não da família como renda domiciliar per capita, por exemplo). A variável de escolha fundamental é o nível educacional. Enfatizamos na análise os impactos sobre duas variáveis de desempenho trabalhista: a renda do trabalho de quem está ocupado (salário) e a empregabilidade (ou ocupação). Neri (2008)

Seja na escolha privada de carreira, seja na decisão pública de abertura de novas escolas, é fundamental saber como o mercado valora a educação. Mesmo ao gestor de políticas e recursos educacionais que busca aperfeiçoar o retorno social de suas decisões, o retorno privado é componente fundamental do retorno social auferido. Apresentamos aspectos relacionados ao desempenho no mercado de trabalho sob a ótica do ciclo da vida individual. O Gráfico 3 mostra que a taxa de ocupação em geral cresce à medida que caminhamos em níveis mais altos de experiência aproximados pela idade, atingindo o pico aos 42 anos (79,95%), tornando-se decrescente, posteriormente. Em termos de salário, o pico é de R\$ 1307 - atingido por aqueles com 53 anos de idade.

**Gráfico 3 - Mercado de Trabalho e Ciclo da Vida - 2007**

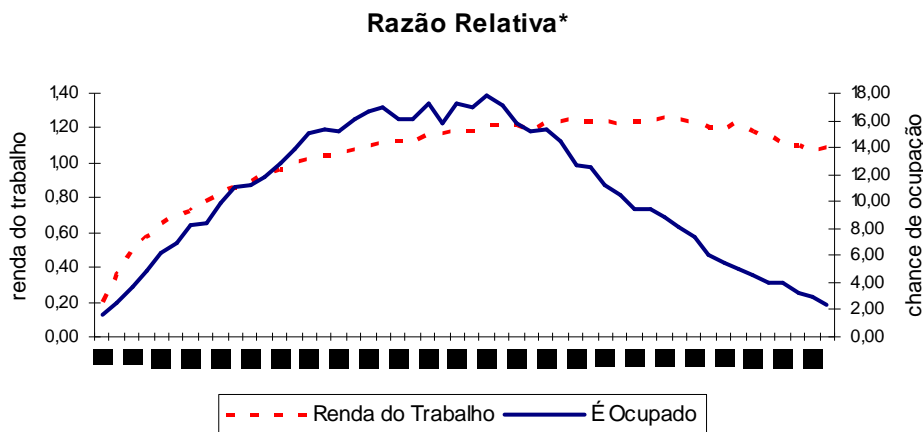


Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Um dos modelos mais populares em análises dos prêmios oferecidos pela educação são as equações de salário, criadas por Jacob Mincer. Deste exercício aplicado ao Brasil contemporâneo, aprendemos que - quando comparamos pessoas com o mesmo sexo, educação, região, raça, status migratório, permitindo apenas variar a idade, mimetizando assim no Gráfico 4 a trajetória do ciclo de vida adulto de uma mesma pessoa - o pico da renda de trabalho se dá aos 54 anos. Exercício semelhante aplicado à chance do indivíduo dispor de ocupação se dá 12 anos antes, ou seja, aos 42 anos. O que notamos nas séries é que o formato da curva de ocupação em forma de sino com crescimento da chance de ocupação na juventude, atinge o ápice na meia idade e decai daí para frente. Isto é obtido controlando-se ou não pelas demais características dos

indivíduos. No caso da renda média dos ocupados por idade, observamos uma fase de ascensão da renda até o seu auge os 54 anos, mas caindo pouco a partir deste ponto.

**Gráfico 4 - Mercado de Trabalho e Ciclo da Vida - 2007**



Base= 15 anos de idade \* Mantendo constante: educação, gênero, raça, status migratório, tamanho de cidade, mora em favela e unidade da federação.

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

## b) Prêmios Educacionais

O impacto da escolha educacional a ser analisado refere-se às mudanças observadas na inserção do indivíduo no mercado de trabalho. Olhamos agora o prêmio individual obtido a partir do impacto de mudanças do nível de escolaridade sobre a probabilidade da pessoa se ocupar e ao salário obtido no trabalho principal pelos ocupados.

A Tabela 1 revela com clareza como a hierarquia educacional se reflete na hierarquia de resultados trabalhistas (leia-se ocupação e salários). Exemplo: a trajetória de salários por nível educacional vai desde os R\$ 392 de salário (2,42 reais de salário-hora) dos analfabetos até os R\$ 3.469 de salário (20,7 reais de salário-hora) daqueles que já freqüentaram a pós-graduação. Similarmente, a taxa de ocupação entre os extremos do espectro educacional sobe de 59,9 % para aqueles que nunca passaram de um ano de estudo, até 86,4% daqueles que já sentaram nos bancos da pós-graduação. Mesmo quando comparamos pessoas com as mesmas características sócio-demográficas — como sexo, idade, raça e geografia — menos a educação, os salários dos universitários é 544% superior ao dos analfabetos e a chance de ocupação, 422% maior. O que impressiona nesses dados é a regularidade da correspondência do *ranking* onde cursos de nível mais alto apresentam melhor inserção trabalhista.

**Tabela 1 - Impactos Trabalhistas da Educação 2007**

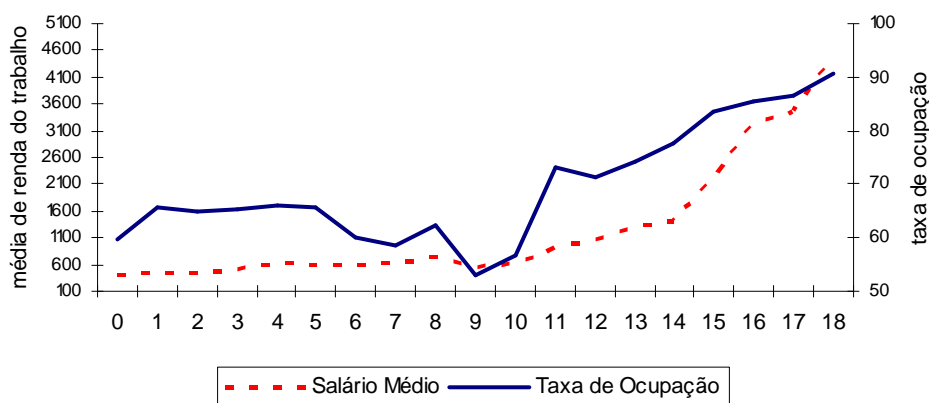
| Nível + Alto<br>Cursado | Taxa de Salário<br>Ocupação R\$ |                     | Resultados Controlados* |                     |
|-------------------------|---------------------------------|---------------------|-------------------------|---------------------|
|                         | Chance<br>Ocupação*             | Prêmio<br>Salarial* | Chance<br>Ocupação*     | Prêmio<br>Salarial* |
| Analfabetos             | 59,8                            | 392                 | 1,00                    | 0,00                |
| Fundamental             | 63,6                            | 604                 | 1,35                    | 42,35               |
| Médio                   | 68,4                            | 847                 | 2,22                    | 119,42              |
| Superior                | 78,6                            | 1728                | 3,87                    | 284,10              |
| Pós-Graduação           | 86,3                            | 3469                | 5,22                    | 544,44              |

\* por idade, gênero, raça, status migratório, tamanho de cidade, favela e UF.

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

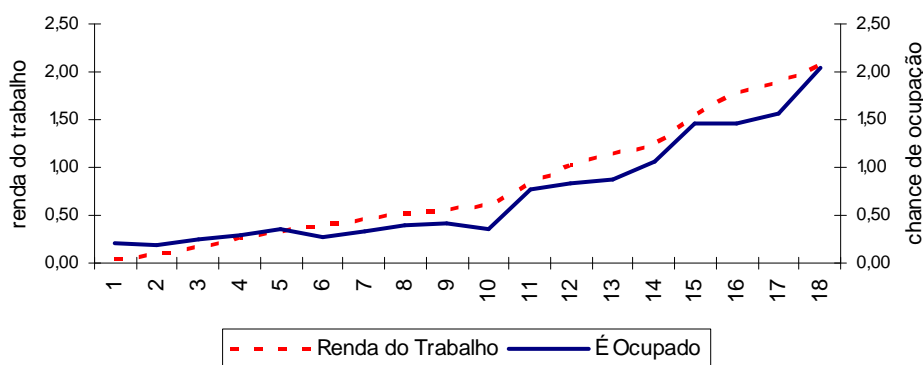
Temos nos Gráficos 5 e 6 as medidas de prêmio educacional abertas por cada ano de estudo completo sem e com controles sócio-demográficos.

**Gráfico 5 - Prêmio Educacional por Anos de Estudo - 2007**



**Gráfico 6 - Prêmio Educacional por Anos de Estudo - 2007**

**Razão Relativa\***



Base = sem instrução, \* por idade, gênero, raça, migração, tamanho de cidade, favela e UF.

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD 2007/IBGE

Impressiona a regularidade como os cursos de nível mais alto apresentam melhor inserção trabalhista. Ou seja, a hierarquia dos níveis educacionais se espelha no ranking

trabalhista. Note-se que a curva da taxa de ocupação por idade é mais inclinada e simétrica em torno de um formato de sino, que a de salário, que tende a apresentar um decréscimo mais suave no final do ciclo da vida. Uma primeira justificativa para os jovens ignorarem a importância da educação é o desconhecimento mesma nestas variáveis objetivas - o que conferiria relevância a este exercício. Outra, é que os maiores retornos estão longe no horizonte de tempo, dada sua taxa de desconto temporal ou a atuação de outros elementos, como restrições no mercado de crédito que os impedem de tomar a trajetória privada de maior valor esperado no futuro.

### **c) Prêmios na Percepção de Saúde**

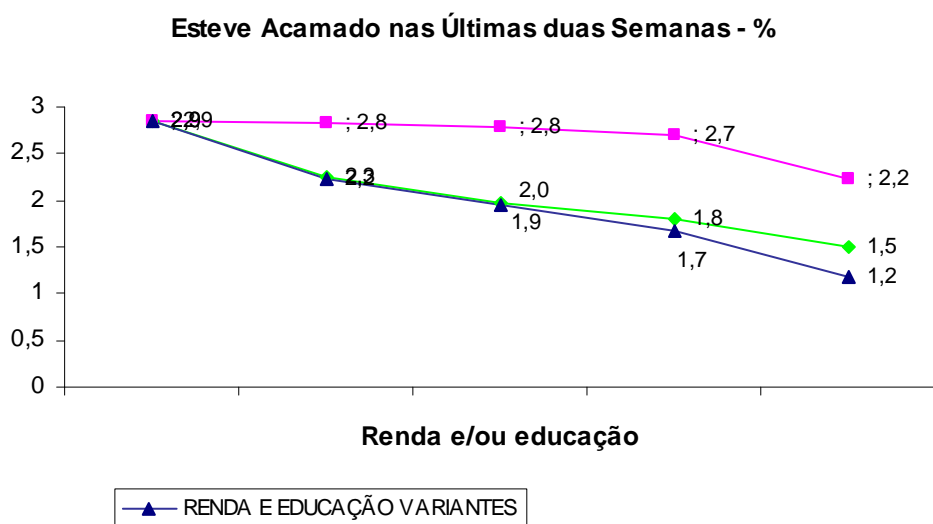
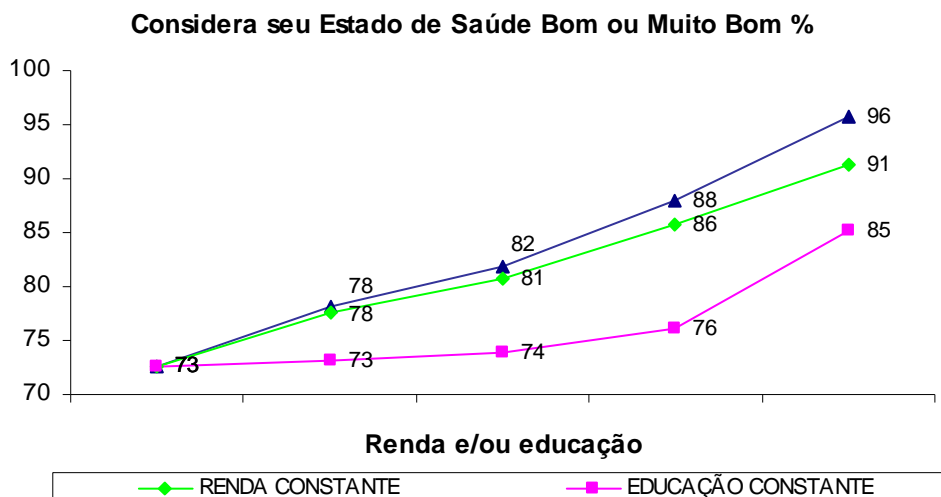
Indo além do pragmatismo da geração de renda, uma maior escolarização impacta outros elementos da vida dos indivíduos: fecundidade, criminalidade, expectativa de vida entre outros. Nestes casos, a educação afeta variáveis de interesse pelos efeitos direto e indireto, função da maior renda gerada. Tomamos dados de auto-percepção geral de saúde tais como: o fato da pessoa considerar o seu estado de saúde bom ou muito bom; ou, se ela ficou acamada nos últimos 15 dias. A saúde percebida melhora com a renda per capita e com a educação da pessoa que são positivamente correlacionados. Mas o que é mais importante: escola ou renda? Até que ponto os impactos da educação sobre a saúde são incorporados através da renda. A fim de responder a esta pergunta fazemos simulações empíricas cujos cenários estão projetados pelos símbolos, a saber<sup>4</sup>: i. permitimos as duas variáveis mudarem -  $\Delta$ ; ii. mantemos a educação constante e deixamos a renda mudar -  $\square$ ; iii. mantemos a renda constante e deixamos a escolaridade mudar -  $\diamond$ . A lição, visível no Gráfico 7 é que 95% do efeito das melhoras da saúde observadas com mudanças da educação e da renda associada se dão pelo efeito direto da educação (i.e. mantendo a renda constante). Proporção semelhante é observada no Gráfico 8 para pessoas que ficaram acamadas nas últimas duas semanas onde as mudanças da educação sozinhas respondem por 89,4% das melhoras de saúde obtidas. Ou seja, mudanças na educação explicam as melhoras da saúde percebida bem mais do que os deslocamentos equivalentes de renda. O problema aqui do ponto de vista do planejamento privado é que a educação é em larga medida

---

<sup>4</sup> Este exercício simula no modelo logístico estimado em Neri e Soares (1998) cenários de mudanças na educação e na renda familiar per capita mantendo, ou não, a outra variável constante. No cenário de constância mantemos ambas variáveis ao nível da categoria educacional mais baixa (sem instrução e renda per capita R\$ 162). No cenário que a renda muda permitimos as alterações previstas numa equação de renda per capita contra educação.

definida no começo da vida e o grosso dos impactos sobre a saúde são sentidas na fase final.

### Gráficos 7 e 8 – Educação, Renda e Saúde Percebida



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do suplemento da PNAD/IBGE de 2003.

De maneira geral, a taxa interna de retorno da educação relevante inclui, além dos prêmios trabalhistas vistos, os custos de oportunidade trabalhistas crescentes no nível de escolaridade e os custos diretos da educação privados e públicos. Barbosa e Pessoa (2007) seguindo Castro (1970) e Langoni (1974) calculam com propriedade taxas de retorno sociais em torno de 15% por ano de estudo. Cabe notar que, embora estas taxas se encontrem num nível alto (por exemplo, maior que o custo de financiamento do governo brasileiro), a taxa interna de retorno da educação relevante para a decisão de pais e filhos é ainda mais alta, pois exclui os custos públicos da educação e inclui outros benefícios privados derivados da educação para além da renda gerada, como os da saúde

privada vistos acima. Neste sentido, a alta evasão escolar constitui um paradoxo. Se a educação gera um retorno privado tão alto, por que os brasileiros investem tão pouco nela?

## **Os Motivos da Evasão Escolar**

### **a. Tipologia de Motivações**

O questionário tradicional da PNAD permite observar como a frequência escolar varia ao longo da fase de transição da infância ao mundo adulto, da especialização na escola ao início da vida profissional. Em 2006, 2,7% daqueles entre 10 e 14 anos estavam fora da escola, subindo para 17,8% na faixa entre 15 e 17 anos que é a faixa etária do ensino médio, caso não houvesse atraso escolar. Nesta última faixa etária residem os maiores obstáculos da repulsão escolar e onde começam a se multiplicar os fatores de atração trabalhista. Focamos, então, esta faixa etária crítica pelo potencial que representa de trazer pessoas em idade a escolar a escola.

Os suplementos de educação da PNAD de 2004 e 2006 permitem enxergar as motivações daqueles que estão fora da escola até os 17 anos de idade, e iluminar o foco e o desenho das políticas a partir das necessidades e percepções de quem toma a decisão de ir, ou não, à escola. Inicialmente, agregamos a partir da PNAD 2006 as motivações das pessoas que estão fora da escola em quatro grandes grupos, a saber: i) Dificuldade de acesso a escola (12,9%); ii) Necessidade de trabalho e geração de renda (35,0%). iii) Falta intrínseca de interesse (50,5%). iv) Outros motivos (1,5%)<sup>5</sup>. A composição das respostas válidas tomadas a valor de face sugere que todos os três grupos de motivos aventados explicam a quase totalidade das respostas, mas o que se destaca são os dois elementos ligados à falta de demanda por educação, que respondem por 85,58% das motivações apresentadas contra 12,91% das deficiências de oferta alegadas. Apenas 1,52% dos adolescentes que não frequentam a escola o fazem por outros motivos.

No âmbito da demanda, há que se distinguir a falta de interesse intrínseca, talvez por desconhecimento dos potenciais prêmios oferecidos pela educação, com 50,5% contra 35,08% da necessidade de trabalho e renda. Esta última motivação seria consistente com a operação de restrições de liquidez enfrentada pelos jovens e suas famílias. Isso sugere

---

<sup>5</sup> Há que se destacar que 3,82% das pessoas entrevistadas (ou 21,42% das pessoas que evadiram) não responderam à questão, o que foi suprimido do total das motivações analisado, mantendo-se a participação relativa de cada resposta no total das respostas válidas.



a prescrição de políticas de afrouxamento desta restrição, como oferta de crédito educativo, concessão de bolsas ou de transferências de renda condicionadas. De toda forma, este tipo de política teria, segundo os dados, um potencial limitado a pouco mais de um terço das pessoas de 15 a 17 anos que estão fora da escola.

#### **b. Exposição de Motivos Desagregada**

É interessante ir por um momento ao nível original de desagregação das respostas, a fim de se qualificar cada um dos grandes grupos de motivações antes apresentados. Entre os fatores ligados à falta de oferta educacional adequada responsável por 12,93% das motivações conhecidas da evasão, incluem-se:

**Tabela 2 – Composição dos Motivos de Oferta para Evasão**

| <b>Motivações de Oferta</b>                                 | <b>%</b> |
|---|----------|
| Presença de doença ou incapacidade por parte dos estudantes | 48,5     |
| Falta de vaga   | 16,9     |
| Não existir escola perto de casa                            | 13,4     |
| Falta de transporte escolar                                 | 11,0     |
| Problemas de Documentação                                   | 10,2     |

*Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do suplementos da PNAD/IBGE de 2006.*

Ou seja, 48,5% da falta de oferta estão ligados à presença de deficiência ou incapacidade por parte dos estudantes o que determinaria a evasão escolar. A falta de oferta de escolas inclusivas ou especiais para este público afetaria quase metade dos problemas associados à falta de acesso à escola em geral tal como reportado na pesquisa. Em seguida, ainda no campo das dificuldades de oferta vem a falta de vagas e de escola perto que responderiam conjuntamente por 30,3% das causas de oferta da evasão. Outros fatores de oferta escolar ligados à falta de documentação ou dificuldades de locomoção se restringiriam a cerca de 21,2% das justificativas de ausência escola.

A necessidade de trabalho e geração de renda (35,1%) inclui elementos de demanda ligados à operação de restrições de liquidez tais como:

**Tabela 3 – Composição dos Motivos de Falta de Renda para Evasão**

| <b>Restrições de Liquidez</b>             | <b>%</b> |
|---|----------|
| Trabalhar ou procurar trabalho            | 75,2     |
| Ajudar nos afazeres domésticos            | 13,4     |
| Falta de dinheiro para despesas na escola | 8,65     |
| Pais preferiram que trabalhasse           | 2,74     |

*Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do suplementos da PNAD/IBGE de 2006.*

Ou seja, o trabalho precoce no mercado constitui três quartos desse conjunto de respostas. A influência direta dos pais em direção ao trabalho no mercado ocupa pequena parte das respostas, sendo cinco vezes mais importante a indução dos pais via trabalho doméstico.

A insuficiência de demanda educacional está menos diretamente associada à necessidade de geração de renda no curto prazo e mais a uma falta visão de retorno a prazo mais longo. Este tópico de falta de interesse intrínseco (50,4%) está subdividido em: Não quis freqüentar (84,8%); Concluiu a série ou o curso desejado (13,92%) / Pais ou responsáveis não quiseram que freqüentasse (1,24%); Mais uma vez a influência direta dos pais sobre a evasão parece pequena frente a uma resposta direta do tipo: simplesmente não quero freqüentar.

### **c. Evolução dos Motivos**

A fim de checar a evolução temporal das motivações, é interessante comparar os resultados do último questionário suplementar de 2006 com o que foi a campo dois anos antes em outubro de 2004. Observamos, em primeiro lugar, uma redução da população nesta faixa etária estimada pela PNAD de 10,7 milhões para 10,4 milhões, fruto da transição demográfica em curso o que implica em crescente facilidade ao longo do tempo de se ofertar cobertura universal de ensino médio.

Há ligeira queda na taxa de evasão escolar de 18,07% em 2004 para 17,79% em 2006. Agora dentre os que estão fora da escola notamos uma drástica redução neste período de outros motivos residuais de evasão, não explícitos, de 20,8% em 2004 para 1,52% em 2006. É importante notar que não houve qualquer mudança no questionário do suplemento que foi a campo em 2004 e 2006. A contrapartida da redução de outros motivos foi um aumento nas demais motivações entre os que estão fora da escola, mas em diferentes graus. Um ligeiro aumento na percepção de limitação de oferta de serviços educacionais percebida de 11,15% para 12,91%.

Nesta transição houve aumento da presença relativa dos itens associados à presença de deficiência e à falta de documentação com redução dos demais motivos de falta de oferta. Houve um aumento intermediário da falta de demanda intrínseca de 45,22% para 50,5%. Ou seja, a falta de atratividade da escola aos olhos dos adolescentes, não é uma novidade na série histórica, pelo contrário, já era a razão de evasão mais citada em 2004, aumentando no período - ao passo que a importância das restrições de renda sobe marcadamente de 22,8 % em 2004 para 35,1% em 2006.

O forte aquecimento do mercado de trabalho neste período alerta para o efeito do chamado “apagão de mão-de-obra” ter tirado adolescentes da escola atraídos pelas maiores oportunidades do mercado de trabalho. Consistente com esta visão foi a queda relativa de itens ligados a falta de dinheiro para escola e aumento relativa dos demais ligados às maiores possibilidades de trabalho. Voltaremos a este ponto mais tarde na discussão sobre prescrições de política.

#### **d. Verdadeiros Motivos Adolescentes (Quem responde à pergunta?)**

Um contraste relevante na investigação sobre elementos subjetivos como essa se dá pela identidade de quem respondeu o questionário. Isto é, se as respostas foram dadas pelo próprio adolescente cujo comportamento de evasão da escola é investigado, ou se foram relatadas por outro morador do domicílio, tipicamente um de seus pais. Podemos, tentativamente, separar os olhares dos próprios jovens acerca de sua educação que correspondiam em 2006 a 25,66% das respostas dadas. Nesta comparação descartamos as respostas residuais dadas por outras pessoas que estão fora do domicílio. Nota-se em primeiro lugar que quando o próprio jovem responde, a taxa de evasão é substantivamente maior: 26,11% contra 15,57%, quando outro morador do domicílio responde à pergunta. Isto sugere a ocorrência de um viés de seletividade, do seguinte tipo: os adolescentes que respondem são os que estão mais presentes em casa e não na escola (logo possuem menor probabilidade de não freqüentá-la). Este viés sugere que para se ter uma visão mais geral das motivações para a evasão escolar, é preferível olhar para o conjunto total de respostas e não apenas pelos próprios respondentes.

Feitas as ressalvas acima, vale a pena, de qualquer forma, investigar a composição dos motivos para a evasão escolar dadas pelo próprio jovem que estava em casa respondendo o questionário – visto apenas como representativas deste grupo - e compará-las com as respostas de outras pessoas no domicílio. Entre os que não freqüentam a escola, a participação de motivos de insuficiência de oferta é menor na percepção dos próprios jovens (7,93% contra 11,4% dos demais), assim como falta de demanda por falta de interesse intrínseco na educação (33,9% contra 42,46%). Em contrapartida, outras motivações residuais aparecem com maior presença na percepção dos jovens (29,56% contra 19%), ficando a participação de insuficiência de renda num nível próximo nos dois universos de respondentes (28,6% contra 27,1%).

#### **e. Adolescentes Pobres**

Outra clivagem relevante para o desenho de políticas é a separação dos jovens por nível de renda familiar. Usamos o critério então vigente de 100 reais per capita como linha de corte, pois à época era o critério de elegibilidade ao Bolsa Família. Cerca de 3,12 milhões de pessoas de 15 a 17 anos se encontravam nesta situação, o que correspondia a exatamente 30% do total de pessoas nesta faixa etária.

Em primeiro lugar, observamos, conforme esperado, maior evasão escolar entre os jovens de 15 a 17 anos de baixa renda (23,25%) do que no total da população (17,8%), ou ainda muito mais que os jovens 20% mais ricos em renda familiar (5,8%). Os motivos de evasão também diferem em relação aos adolescentes de menor renda. Comparando os 30% mais pobres com o total da população, a participação do motivo renda entre os evadidos é 33,98% contra 35,08% respectivamente. A diferença absoluta destas respostas no total da população de adolescentes será maior pela multiplicação de uma maior proporção de indivíduos fora da escola por uma menor proporção destes que alegam como principal motivo da falta da evasão ser a necessidade de renda ou de trabalho. Em termos absolutos a diferença no total da população da presença de evasão por motivos associadas às restrições de renda é maior entre os mais pobres em relação à população total e aos 20% mais ricos, 28,2% e 422% respectivamente.

Já a participação da falta de interesse intrínseco na educação é relativamente maior entre os evadidos de baixa renda (51,2%) do que os da população total (50,5%). Embora em termos absolutos no total da população, a diferença da presença de evasão por motivos associados à falta de interesse intrínseco seja maior entre os mais pobres em relação à população total e aos 20% mais ricos, 34,4% e 260% respectivamente.

Cabe por fim notar que, focando nos adolescentes com renda real abaixo de R\$100 per capita mensais entre 2004 e 2006, observamos uma redução absoluta de 20,7% na falta de oferta e 13,7% na falta de interesse intrínseco na educação, ao mesmo tempo em que houve um acréscimo de 27,2% na evasão absoluta dos pobres por motivo renda. O aquecimento do mercado de trabalho no período, criando maiores oportunidades de ação predatória no campo educacional, combinado com a ausência de ações como a extensão das condicionalidades de renda para pessoas na faixa de 16 e 17 anos no período, pode explicar o resultado.

## **f. Pobres Adolescentes**

Uma das dificuldades da população entre 16 e 17 anos no período analisado entre 2004 e 2006 é o fato de eles estarem à época fora da faixa etária de cobertura das condicionalidades educacionais do programa Bolsa Família. Complementarmente, o lançamento do programa do Primeiro Emprego a partir de 2003 tentou - aparentemente sem sucesso - atrair os jovens já a partir da menor idade de 16 anos para o mercado de trabalho através de subsídios diretos dado às empresas para a contratação destes jovens. Como já argumentei desde a primeira hora de lançamento do programa do primeiro emprego, este tipo de ação se revela contraproducente para o futuro do país. Por que incentivar a educação até os 15 anos de idade e passar a incentivar o trabalho precoce a partir desta idade? O que acontece de tão especial aos 15 anos que deveria implicar nesta mudança de direção dos incentivos públicos dados à escola e ao trabalho? Felizmente, o programa do primeiro emprego foi abandonado, enquanto que a partir de meados de 2007 foi estendido o limite máximo da cobertura etária das condicionalidades do Bolsa Família dos 15 para os 17 anos de idade. Como a proporção de pessoas na faixa de 16 e 17 anos fora da escola é oito vezes maior que na faixa etária de 7 a 15 anos, é de se esperar um maior impacto potencial das condicionalidades neste grupo.

Um exercício relevante para avaliação *ex-ante* da extensão etária da política de condicionalidades educacionais é examinar a evolução da evasão e da motivação associada na faixa etária sujeita à marcada expansão do Bolsa Família deste período. Reproduzimos, inicialmente, os resultados de regressões controladas que analisa para a faixa de 7 a 15 anos de idade a diferença em diferença de indicadores de repulsão escolar entre pessoas elegíveis e as não elegíveis ao programa entre 2004 e 2006<sup>6</sup>. Os resultados mostram que a chance relativa dos beneficiários potenciais do Bolsa Família de evadirem a escola por motivos de insuficiência de renda caiu 18,21% em relação ao grupo de não elegíveis ao programa. A redução dos motivos de frequência escolar por insuficiência de renda é consistente com a idéia do Bolsa Família diminuir a restrição de liquidez que empurra as crianças e jovens adolescentes ao mercado de trabalho. Ao replicarmos este tipo de exercício aplicado à faixa de 15 a 17 anos de idade, notamos um aumento, entre 2004 e 2006, de 32% da chance relativa da população pobre em

---

<sup>6</sup> A comparação da diferença temporal entre elegíveis e não elegíveis ao programa captadas pela sua renda familiar sem contar os benefícios do programa procura identificar a direção de causalidade de impacto do programa. Neri (2009) aplica esta metodologia reproduzida aqui a uma série de variáveis objetivas e subjetivas associadas a acumulação de capital físico e humano.

relação à população não pobre de evadir a escola por motivos de insuficiência de renda. Os motivos concorrentes de falta de oferta ou de falta de interesse intrínseco não mostram diferença significativa, no período, entre a faixa dos potenciais elegíveis e os não elegíveis ao programa.

Em suma, os resultados aqui analisados não nos permitem rejeitar a hipótese de que a expansão do Bolsa Família foi capaz de reduzir as motivações de evasão por insuficiência de renda na faixa de 7 a 15 anos, enquanto na faixa etária a seguir não contemplada pelas condicionalidades educacionais acontece o oposto. A combinação das maiores chances de trabalho oferecidas pela expansão agregada da economia no período e as carências dos jovens de baixa renda no final da adolescência, explicariam o resultado. É na combinação da oportunidade agregada de trabalho com a necessidade de adolescentes pobres suprirem sua renda, onde encontramos o terreno mais fértil para o precoce abandono escolar.

### **Conclusões**

Países e pais que cuidam de suas crianças e adolescentes viabilizam seu futuro. Acaba sendo mais produtivo do ponto de vista social e fiscal prevenir do que remediar, investindo-se em educação. A educação constitui o verdadeiro custo de oportunidade da sociedade – qual seja, a alternativa de investimento com maior retorno social disponível. Os gestores, pesquisadores e observadores da área social buscam, à luz da evidência empírica disponível, chegar a uma nova geração de políticas educacionais. Uma espécie de *Santo Graal* que nunca é alcançado, mas cuja busca conduz a renovadas conquistas. Se fossemos sintetizar os principais elementos hoje perseguidos no desenho de inovações das intervenções – isto é, o que é “in” em políticas públicas – diríamos: incentivos, informação e participação.

A política educacional não deve se guiar apenas pelos quesitos técnicos da equidade e da eficiência. Não basta apenas concentrar-se nas propriedades desejáveis da política educacional, como o retorno social de ações específicas. É preciso enxergar como essas informações chegam às pessoas e como elas transformam estas informações em decisões. Ações de difusão de informação sobre a capacidade de mudança pelas vias da educação são especialmente bem vindas. A literatura social concluiu há tempo sobre o alto poder explicativo da educação na alta desigualdade brasileira. Agora falta ao pai de família e ao jovem estudante brasileiro tomar ciência do poder transformador da educação em suas vidas, como os altos impactos exercidos sobre empregabilidade,

salário e saúde. Precisamos, acima de tudo, que se eduque a população sobre a importância da educação.

Este trabalho possui dois objetivos principais. Fornecer um arrazoado empírico da existência do paradoxo do alto retorno privado com alta evasão educacional, para depois buscar entender as causas deste paradoxo, através de evidências inexploradas das motivações relatadas diretamente por estudantes e pais. Estes são os atores que, ao fim e ao cabo, irão - ou não - assegurar que a política pública atinja – ou não - o seu objetivo final. Estas evidências buscam educar gestores e analistas sobre as percepções do cidadão comum. Propomos o estudo das causas da evasão a partir de três tipos básicos de motivações, a saber: A primeira é a miopia ou desconhecimento dos gestores da política pública restringindo a oferta de serviços educacionais tal como reportada pelos alunos potenciais. Outra é a falta de interesse intrínseco dos pais e dos alunos sobre a educação ofertada, seja pela baixa qualidade percebida ou por miopia ou desconhecimento dos seus impactos potenciais. Uma terceira é a operação de restrições de renda e do mercado de crédito que impedem as pessoas de explorar os altos retornos oferecidos pela educação no longo prazo. Os principais resultados encontrados estão elencados abaixo:

#### **a. O Paradoxo da Evasão**

Falta ao jovem estudante brasileiro tomar ciência do alto impacto exercido pela educação na ocupação e na renda. A trajetória de salários por nível educacional vai desde os R\$ 392 de salário dos analfabetos até os R\$ 3.469 da pós-graduação. A taxa de ocupação sobe de 59,9 % para aqueles que nunca passaram de um ano de estudo, até 86,4% daqueles com pós-graduação.

Ao compararmos pessoas com as mesmas características sócio-demográficas, o salário médio dos universitários é 544% superior ao dos analfabetos e a chance de ocupação 422% maior. O pico da renda de trabalho se dá aos 54 anos e o da ocupação aos 42 anos. Os maiores prêmios privados estão longe no tempo, o que talvez iniba os adolescentes a assumir a trajetória de maior valor esperado no futuro.

A saúde percebida pelo indivíduo melhora com a renda da família e com a educação da pessoa que, como vimos, são positivamente correlacionados. Mas o que é mais importante, escola ou renda? 95% do efeito das melhoras da saúde subjetivas de saúde percebidas se dão pelo efeito direto da educação (i.e., mantendo a renda constante). Educação também responde sozinha por 89,4% da redução da probabilidade das pessoas

ficarem acamadas. Mais uma vez, os maiores impactos da educação na saúde se dão na velhice, fase distante no horizonte de planejamento do jovem.

A taxa interna de retorno social da educação de 15% por ano de estudo, embora alta, subestima a taxa de retorno relevante para a decisão privada de pais e filhos, pois inclui os custos públicos da educação e exclui outros benefícios privados derivados da educação para além da renda gerada, como os da saúde percebida. A educação oferece um retorno privado alto. Então, por que os brasileiros investem tão pouco nela?

#### **b. Os Motivos dos Sem Escola**

No grupo de 10 a 14 anos, 2,7% dos jovens estão fora da escola contra 17,8% daqueles entre 15 e 17 anos, onde focamos nossa análise pois corresponde ao grosso das pessoas em idade escolar fora da escola. Entre as motivações apresentadas por pais e filhos sobre a evasão escolar nesta faixa etária, elementos ligados à falta de demanda respondem por 85,58% delas contra 12,91% das deficiências de oferta alegadas.

A redução da população nesta faixa etária - estimada em 10,4 milhões em 2006 - fruto da transição demográfica em curso implica em crescente facilidade de oferta de cobertura universal de ensino médio. Entre os fatores ligados à falta de oferta educacional, quase metade está ligada à presença de deficiências físicas dos estudantes, indicando escassez de escolas voltadas a este público.

Entre as motivações da falta de demanda por educação, a ausência de interesse intrínseco responde por 50,5%. Já a necessidade de trabalho e renda responde por 35,08% da. Desta forma, políticas de oferta de crédito educativo, concessão de bolsas ou de transferências de renda condicionadas, teriam potencial limitado a 35% das pessoas de 15 a 17 anos que estão fora da escola.

Motivos de insuficiência de oferta são menores na percepção dos próprios jovens de 15 a 17 anos do que a percebida por outros membros do domicílio (7,93% contra 11,4% dos demais), assim como falta de demanda por falta de interesse intrínseco na educação (33,9% contra 42,46%).

Há ligeira queda na taxa de evasão escolar de 18,07% em 2004 para 17,79% em 2006. Houve aumento da falta de demanda intrínseca de 45,22% para 50,5%, já a importância das restrições de renda sobe marcadamente de 22,8 % em 2004 para 35,1% em 2006. O aquecimento do mercado de trabalho no período, combinado com a ausência das condicionalidades de renda para pessoas na faixa de 16 e 17 anos, pode explicar o resultado.



Dos cerca de 3,12 milhões de pessoas de 15 a 17 anos, 30% do total possuem renda per capita inferior a R\$ 100 mensais, cuja taxa de evasão escolar é 23,3% contra 5,8% dos 20% mais ricos. Já a presença de evasão por motivos associados às restrições de renda é 422% maior entre os mais pobres

Entre 2004 e 2006, observamos uma redução absoluta de 20,7% nos motivos de falta de oferta e de 13,7% na falta de interesse intrínseco na educação, ao mesmo tempo em que houve um acréscimo de 27,2% na evasão absoluta dos pobres por motivo renda. A chance controlada dos beneficiários potenciais de baixa renda do Bolsa Família de 7 a 15 anos evadirem a escola por motivos de insuficiência de renda caiu 18,21% em relação ao grupo de não elegíveis ao programa. Na faixa de 15 a 17 anos de idade entre 2004 e 2006, houve um aumento de 32%. A combinação da demanda agregada de trabalho com a necessidade individual de adolescentes pobres suprirem sua renda gera as maiores taxas de abandono escolar. Ou seja, a evasão escolar é pior quando se junta a oportunidade de trabalho com a carência de renda.

## Referências:

Barbosa, Fernando Holanda Filho e Pessoa, Samuel (2007), “Retorno da Educação no Brasil”, mimeo, IBRE/FGV

Becker, Gary S. (1964) Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education, National Bureau of Economic Research.

Ben-Porath, Yoram. (1967) “The Production of Human Capital and the Life Cycle of Earnings,” *Journal of Political Economy*, v. 75, p. 352-365.

Castro, Cláudio Moura (1970), “Investment in Education in Brazil: a Study of Two Industrial Communities”, Tese de Doutorado (PhD), Vanderbilt University.

Duryea, Suzanne (1998) “Children’s Advancement Through School in Brazil: The Role of Transitory Shocks to Household Income”, mimeo. IADB.

Friedman, Milton e Kuznets, Simon (1945) Income from Independent Professional Practice, NBER General Series, No. 45, University Microfilms,.

Jacoby, Hanan e Emmanuel Skoufias (1998), “Testing Theories of Consumption Behavior Using Information on Aggregate Shocks: Income Seasonality and Rainfall in Rural India” *American Journal of Agricultural Economics*; vol. 80, no. 1, pp. 1-14

Langoni, Carlos (1974) *As Causas do Crescimento Econômico do Brasil*, Rio de Janeiro, APEC

Langoni. Carlos (1973) *Distribuição de Renda e Crescimento Econômico no Brasil*, Rio de Janeiro, 3ª Edição, Editora FGV, Rio de Janeiro, 2005

Mello e Souza, Alberto de e Silva, Nelson do Valle (1996) “Income and Educational Inequality and Children’s Schooling Attainment,” *Opportunity Foregone: Education in Brazil*, edited by Nancy Birdsall and Richard Sabot, Inter-American Development Bank.

Mincer, Jacob. (1958). "Investment in Human Capital and Personal Income Distribution", The University of Chicago Press, *The Journal of Political Economy*, Vol. 66, No. 4 (Aug., 1958), pp. 281-302

Neri, Marcelo et al (2000) “The Effects of Idiosyncratic Shocks to Father's Income on Child Labor, School Drop-Outs and Repetition Rates in Brazil,” *Anais da SBE*, São Paulo, Dezembro e em breve em *Child Labor and Education in Latin America: An Economic Perspective*, Edited by Wright, E. G., Sedlacek, G., Orazem, Peter : Palgrave Macmillan, 2009.

Neri, Marcelo (2009) “Income Policies, Income Distribution and the Distribution of Opportunities in Brazil”, em Lael Brainard and Leonardo Martinez-Diaz: *Brazil as an Economic Superpower? Understanding Brazil’s Changing Role in the Global Economy*, Washington, D.C: Brookings Institution Press, pp 219 a 270

\_\_\_\_\_ (2008) “Você no Mercado de Trabalho”, Instituto Votorantim e FGV.

Neri, Marcelo e Wagner Soares (2007) “Estimando o Impacto da Renda na Saúde através de Programas de Transferência de Renda aos Idosos de Baixa Renda no Brasil”. Cadernos de Saúde Pública (FIOCRUZ), v.23, p.1845 - 1856.

Parker, Susan and Emmanuel Skoufias (1998), “Job Loss, Change in Marital Status and the Allocation of Time within Families: Evidence from Urban Mexico”, *mimeo*, IFPRI, Washington.